



LEI NÚMERO 4110 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

(Autógrafo n.º 66/18, Projeto de Lei n.º 103/18 – Mensagem 44/18)

Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e dá outras providências.

DÉLCIO JOSÉ SATO, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Ubatuba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído O Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização cadastral e recuperação de créditos tributários do Município da Estância Balneária de Ubatuba.

Art. 2º O REFIS permite o parcelamento de débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, que tenham como sujeito passivo pessoas físicas ou jurídicas, ajuizados ou não, nos termos definidos nesta Lei.

CAPÍTULO II
DA ADESÃO AO REFIS

Art. 3º O termo de adesão, referente ao REFIS poderá ser firmado pelo responsável tributário, por procurador devidamente constituído, ou em se tratando de pessoas jurídicas pelo seu representante legal, sendo considerado homologado a adesão após o pagamento da 1ª parcela.

Parágrafo único. Em caso de adesão ao REFIS pela rede mundial de computadores e logo após o pagamento da primeira parcela o acordo será considerado homologado sendo o requerente considerado o responsável tributário.

Art. 4º Para aderir ao REFIS o contribuinte interessado poderá selecionar os débitos tributários ou não tributários vinculados à inscrição municipal e inscritos em dívida ativa que deseja parcelar.

Art. 5º Sem prejuízo de outros que se fizerem necessários, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

I – cédula de identidade (RG) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou documento expedido por órgãos ou entidade de classe;



Lei nº 4110/18
Fls.: 2/6

II – cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – comprovante atualizado de endereço.

Art. 6º A adesão poderá ser efetivada nas dependências da Prefeitura Municipal, na Regional Sul, no bairro da Maranduba, ou em local a ser designado pelo Poder Executivo.

Art. 7º De acordo com o interesse público e a conveniência administrativa poderá ser permitida a adesão por meio da rede mundial de computadores (internet).

Parágrafo único. Os contribuintes que optarem por formalizar a adesão nos moldes mencionados no *caput*, ficarão obrigados a encaminhar, por meio de via postal, no prazo de 05 (cinco) dias, a documentação descrita no artigo 5º desta Lei ou por meio de arquivo eletrônico inserido no site.

Art. 8º Para aderir ao REFIS deverá o contribuinte fornecer dados, documentos e informações que possibilitem a atualização do cadastro municipal.

CAPÍTULO III DOS INCENTIVOS DO REFIS

Art. 9º Os contribuintes que aderirem ao REFIS instituído na presente Lei, aproveitar-se-ão dos seguintes incentivos:

I – redução de 100% (cem por cento) do valor de juros e multas para pagamento em até 4 (vezes), sendo obrigatório o vencimento da última parcela até 21 de dezembro de 2018, conforme descrito na tabela abaixo:

Data máxima de adesão	Quantidade de Parcelas	Parcela 1	Parcela 2	Parcela 3	Parcela 4
até 28/09/2018	4	28/09/18	31/10/18	30/11/18	21/12/18
até 31/10/2018	3	31/10/18	30/11/18	21/12/18	-
até 30/11/2018	2	30/11/18	21/12/18	-	-
até 21/12/2018	ÚNICA	21/12/18	-	-	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA**

Litoral Norte do Estado de São Paulo

Capital do turismo

Lei nº 4110/18

Fls.: 3/6.

II – redução de 90% (noventa por cento) do valor de juros e multas para pagamento em até 06 (seis) parcelas.

Data máxima de adesão		Quantidade de Parcelas	Parcela a 1	Parcela 2	Parcela a 3	Parcela a 4	Parcela a 5	Parcela 6
até	28/09/2018	6	28/09/18	10 ou 21/11/18	10 ou 21/12/18	10 ou 21/12/18	10 ou 21/01/19	10 ou 21/02/19
até	31/10/2018	5	31/10/18	10 ou 21/12/18	10 ou 21/12/18	10 ou 21/01/19	10 ou 21/02/19	-
até	30/11/2018	4	30/11/18	10 ou 21/12/18	10 ou 21/01/19	10 ou 21/02/19	-	-
até	21/12/2018	3	21/12/18	10 ou 21/jan2019	10 ou 21/02/19	-	-	-

III – redução de 70% (setenta por cento) do valor de juros e multas para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas.

Data máxima de adesão		Quantidade de Parcelas
até	31/10/2018	18 – sendo a primeira até 31/10/18 as demais sucessivas, no dia 10 ou 21 de cada mês.

IV – redução de 40% (quarenta por cento) do valor de juros e multas para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Data máxima de adesão		Quantidade de Parcelas
até	31/10/2018	24 – sendo a primeira até 31/10/18 as demais sucessivas, no dia 10 ou 21 de cada mês.

V – redução de 20% (vinte por cento) do valor de juros e multas para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas.

Data máxima de adesão		Quantidade de Parcelas
até	31/10/2018	48 – sendo a primeira até 31/10/18 as demais sucessivas, no dia 10 ou 21 de cada mês.

Art. 10. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 3 (três) UFESP e serão corrigidas anualmente pelo IGPM.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE DE GABINETE

Av. Dona Maria Alves, 865, Centro, Ubatuba/SP

e-mail expedaeg@gmail.com

Telefone 38341047



Lei nº 4110/18
Fls.:4/6.

Art. 11. Os honorários advocatícios incidirão apenas em relação aos débitos ajuizados, na proporção de 10% (dez por cento), devendo serem pagos em parcelas iguais e sucessivas conforme o acordo aderido no art. 9º.

CAPÍTULO IV **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Art. 12. O pagamento da parcela inicial deverá ser realizado até o último dia útil do mês da adesão.

I - será permitido ao interessado escolher entre os dias 10 e 21 de cada mês para o vencimento das demais parcelas;

II - no mês de dezembro o vencimento das parcelas ocorrerá até o dia 21;

III - no caso de inadimplência de qualquer parcela, após a homologação do acordo será efetuado o protesto no Cartório na Comarca de Ubatuba em nome do requerente.

Art. 13. Para fins de pagamento dos débitos fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a emitir boletos de cobrança bancária em nome dos contribuintes que optarem pela adesão ao REFIS.

CAPÍTULO V **DOS DÉBITOS PARCELADOS POR OUTRA MODALIDADE**

Art. 14. Os contribuintes que possuam parcelamentos vigentes em dia concedidos sobre outra modalidade poderão optar por aderir ao REFIS, observando o seguinte:

I - o parcelamento anterior será cancelado, momento em que será promovida a apuração imediata do saldo remanescente;

II - o cancelamento de parcelamento anterior para adesão ao REFIS não configurará reparcelamento e não resultará em qualquer restituição.

Parágrafo único. Só poderá optar pela adesão ao REFIS, o contribuinte que estiver com pagamento em dia do parcelamento vigente.



Lei nº 4111/18
Fls.: 5/6.

CAPÍTULO VI
DOS EFEITOS DA ADESÃO AO REFIS

Art. 15. A adesão ao REFIS instituído por esta Lei será homologada no momento do pagamento da primeira parcela e implicará:

I – na aceitação plena e irrevogável de todas as condições e consequências estabelecidas na presente Lei;

II – na confissão irrevogável e irretroatável dos créditos nele abrangidos;

III – na expressa renúncia e desistência a eventuais defesas e recursos administrativos ou judiciais relativos aos débitos abrangidos pela adesão;

IV – o termo de adesão ao REFIS será levado a conhecimento do Juízo do Setor das Execuções Fiscais da Comarca de Ubatuba para que produza seus efeitos legais em relação aos débitos abrangidos pela adesão, desde que, ajuizados.

Art. 16. Efetivada a adesão ao REFIS o Município requererá ao Juízo competente a suspensão da tramitação do processo judicial, situação que permanecerá apenas enquanto verificado o estado de adimplência.

Parágrafo único. Somente será requerida a extinção dos processos judiciais depois de integralmente quitado o parcelamento.

CAPÍTULO VII
DO CANCELAMENTO DOS INCENTIVOS

Art. 17. Em caso de inadimplência igual ou superior a 90 (noventa) dias, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cancelar de forma definitiva os incentivos aplicados, sem qualquer prévio aviso ou notificação, momento em que o débito retornará ao valor original, com o restabelecimento das multas e juros, sem prejuízo da dedução dos valores eventualmente pagos.

Parágrafo único. O atraso mencionado no *caput* deste artigo poderá derivar de parcelas consecutivas ou alternadas.

Art. 18. O cancelamento do REFIS implicará na imediata exigibilidade do crédito confessado, com a propositura ou prosseguimento da medida judicial ou extrajudicial cabível ao recebimento do crédito.



Lei nº 4110/18
Fls.: 6/6.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro está demonstrada no Anexo I, parte integrante desta Lei, em obediência ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000.


Art. 20. Para efeitos desta Lei serão considerados os débitos vinculados a uma única inscrição municipal, sendo vedada a unificação de inscrições diferentes.

Art. 21. Os casos omissos serão analisados mediante abertura de processo administrativo e parecer da Procuradoria Fazendária.

Art. 22. Esta Lei será regulamentada por decreto, no que for necessário.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 21 de dezembro de 2018, sendo este o prazo máximo para o pagamento integral ou parcelado

PAÇO ANCHIETA – Ubatuba, 18 de outubro de 2018.


DÉLCIO JOSÉ SATO
Prefeito Municipal

Registrada e Arquivada nos procedimentos pertinentes, junto a Divisão de Acervos da Secretaria Municipal de Administração, nesta data.

**ANEXO I**
(Lei nº 4110/18)**PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS**Demonstrativo da Estimativa e da Compensação da Renúncia de Receitas LRF, ART. 4º. § 2º,
INCISO V

MUNICÍPIO UBATUBA EXERCÍCIO 2018

PROGRAMA
"REFIS"

RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA

MEDIDAS DE
COMPENSAÇÃO
O/
2018/2019/2020TRIBUTOS/
TARIFAS
ATINGIDOS

2018 R\$

2019 R\$

2020 R\$

1. Recuperação
FiscalAtinge todos os
contribuintes
inscritos em dívida
ativa referente aos
tributos municipais e
concede anistia
total/parcial de multa
e juros por tempo
determinado para
pagamento dos
débitos à vista e
parcelado

...

...

...

Arrecadação
(Recadastramento
de Área
Construída)
R\$ 6.000.000,00
e/ou
Incremento de
fiscalização de
ISS – (marinas,
pousadas, escolas,
bancos, cartão de
crédito)
R\$ 3.700.000,00**TOTAL DA ESTIMATIVA DE
RENÚNCIA**3.350.140,0
42.704.312,6
6816.950,1
6

1) Na apuração dos valores acima para o item "1" foi considerado o montante de dívida ativa apurado em 13 de agosto de 2018, estimando-se que parte desse total será negociada no bojo do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

2) Há também que salientar que a implantação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS não afetará o cumprimento das metas de resultados fiscais, podendo até mesmo contribuir para a sua elevação, dada a possibilidade de ampliação da arrecadação de receitas cuja previsão de arrecadação ocorreu tão somente nas leis orçamentárias dos exercícios anteriores.

4



Lei nº 4110/18
Fls.: 8/11.

3) De igual forma, em atendimento ao disposto no artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000, o montante da previsão de renúncia (anistia e isenção) não afetará as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017. Atendida a premissa estabelecida no inciso I do art. 14 da LRF e sendo exigido o cumprimento apenas alternativamente dos incisos do artigo retro, não há que se cogitar na majoração de qualquer outro tributo ou contribuição.

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA:

Valor Original	Valor Correção	Valor Multa	Valor Juros	Valor Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
286.166.446,63	205.243.726,89	33.459.499,50	482.056.814,17	1.006.926.487,19

Projeção de Arrecadação Valor original e correção monetária	R\$ 15.679.554,92
Projeção de Arrecadação de remissão juros e multas	R\$ 6.871.402,86

DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

*Constituição Federal – Art. 156, § 6º
LRF – Art. 5º, inciso II.*

1) FUNDAMENTAÇÃO:

O presente demonstrativo foi elaborado em conformidade com o disposto na seguinte legislação:

a. **CF – Art. 165, § 6º**, que estabelece a obrigação de o Poder Executivo apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; e

b. **LRF Art. 5º, inciso II**, que estabelece que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) será acompanhado de documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.



Lei nº 4110/18

Fls.: 9/11.

2) APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO:

No que se refere à renúncia fiscal, segundo o disposto no § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

No caso em específico não haverá remissão nem anistia dos valores originais e a correção monetária aplicada, porém a anistia refere-se somente na aplicação de multas e juros (total ou parcial).

Para a elaboração deste demonstrativo foram considerados como benefícios tributários àqueles que se enquadrem, cumulativamente, nas seguintes hipóteses:

- a) Muito embora implique no cancelamento de acessórios, aumentem a arrecadação potencial de tributos;
- b) Ampliem as possibilidades de os contribuintes quitarem seus débitos para com Fisco Municipal;
- c) Constituam, sob o aspecto jurídico, uma exceção à norma que referencia o tributo ou alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes.
- d) **Quanto ao Impacto Orçamentário-Financeiro:**

Receita Orçada em 2018 – Multas e Juros de Dívida Ativa	Receita Arrecadada até 29/08/2018	Receita Estimada até 31/12/2018
3.100.200,00	3.097.531,10	4.436.219,94

Conforme demonstrado acima, a expectativa de recebimento de multas e juros da dívida ativa para o Exercício de 2018, foi orçada em R\$ 3.100.200,00 (três milhões, cem mil e duzentos reais), sendo que até a data de 28/08/2018 o arrecadado já atingiu o montante de R\$ 3.097.531,10 (três milhões, noventa e sete mil, quinhentos e trinta e um reais e dez centavos) e tem uma estimativa de arrecadação até o final do exercício em R\$ 4.436.219,94 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos), assim demonstramos o cumprimento do artigo 14.

4



Lei nº 4110/18

Fls.: 10/11.

Salientando ainda que demonstramos medidas de compensação, embora a mesma não seja necessária visto que a receita prevista de multas e juros de dívida ativa para o exercício de 2018 praticamente já foi arrecadada na sua totalidade. Sendo assim, o que arrecadarmos até o final do ano será com certeza maior do que o orçado, assim não há o que se falar em renúncia para 2018, e demais exercícios pois deixarão de ser considerados nas elaborações das LOAS dos exercícios de 2019 e 2020, sendo que serão considerados para 2019 e 2020 a média de arrecadação dos últimos três exercícios quando da elaboração das LOAS.

Ao cumprir esse importante preceito constitucional, a Prefeitura Municipal de Ubatuba está contribuindo para tornar cada vez mais transparente a administração das Finanças Públicas, na medida em que busca aprimorar a avaliação do montante de tributos (no caso, acessórios – multa e juros) cujo pagamento a legislação tributária permite dispensar ou reduzir, em favor de regiões e/ou setores econômicos (todos os contribuintes inscritos em dívida ativa), bem como enseja, por outro lado, que a iniciativa privada participe da execução de tarefas que a sociedade considera importante do ponto de vista econômico e social.

E de se ressaltar que, apresentando este Demonstrativo, estamos, certamente, oferecendo um valioso subsídio para que as autoridades e a sociedade em geral tenham melhores condições de aferir os benefícios e os custos dessa renúncia fiscal.

Finalmente, ressaltamos que a execução da medida ora proposta implicará num aumento da arrecadação, resultando com a redução do estoque da dívida ativa, num momento em que o Poder Público em geral, principalmente, os Municípios, se deparam com extrema escassez de recursos para atender os diversos compromissos governamentais.

3) COMPOSIÇÃO DO DEMONSTRATIVO:

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que atingirá todos os contribuintes inscritos em dívida ativa e anistiará de maneira **total ou parcial**, os valores provenientes de multa e juros para pagamento dos débitos incidente sobre todos os tributos e contribuições municipais, dos contribuintes que aderirem ao programa.



Lei nº 4110/18
Fls.: 11/11.

PROGRAMA "REFIS"	Valor Total Estimado
1 – Redução estimada de multa e juros da dívida ativa para os 03 exercícios	R\$ 6.871.402,86

Em atendimento ao disposto no artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000, o montante da previsão de renúncia foi considerado na estimativa de receita da lei orçamentária, motivo pelo qual não afetará as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com Base no acima exposto há de salientar que não haverá impacto nos exercícios posteriores 2019 e 2020.

Demais disso, a previsão dos benefícios fiscais será concedida através de Lei Específica a que alude o artigo 150, § 6º da Constituição Federal, bem como acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes a teor do art. 14, "caput" da L.R.F.

4) CONSIDERAÇÕES FINAIS: JUSTIFICATIVA

A Gestão Pública, sempre em benefício ao Município, impõe o reequilíbrio orçamentário com a diminuição do déficit e com arrecadação que possa atender a grande demanda do Município sem onerar o contribuinte.

Fomentar a arrecadação de modo organizado, sem a necessidade da interferência do judiciário que acaba por onerar o contribuinte e o Município é tarefa necessária e urgente para o bom andamento das contas públicas e a diminuição do valor da dívida ativa.

É necessário o constante alinhamento com o contribuinte na busca do real e atualizado cadastramento das áreas do Município.

A implantação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS não afetará o cumprimento das metas de resultados fiscais, podendo até mesmo contribuir para a sua elevação, dada a possibilidade de ampliação da arrecadação de receitas cuja previsão de arrecadação ocorreu tão somente nas leis orçamentárias dos exercícios anteriores agindo com extremada cautela.

SOLANGE APARECIDA TOLEDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO